



RELATÓRIO DA X REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES

Brasília, 16 a 19 de julho de 2007

Relatoria: Daniel Tygel, Fernanda Nagem e Rosana Krisch

PRESENTE

Ademar Bertucci
Alexandre Tkosck
Benedito Alsemo de Oliveira
Carlos Omar da Silva
Daniel Tygel
Domingos Olimpico
Elenir Maruai
Fernanda Abreu Nagem
Lenivaldo Lima
Luiz Humberto Verardo
Rosana Kirsch
Sebastiana Almire
Shirlei Almeida
Valdener Miranda
Walmir Almeida

PONTOS DE PAUTA DA REUNIÃO

1. INFORMES

- A) Fundos Solidários
- B) Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – CNDSE
- C) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- D) Material no MDS da polícia federal: bazares enquanto fortalecimento dos FEES
- E) Comitê para diálogo com MDS e MDA
- F) Anhangá
- G) Fórum Catarinense de Economia Solidária

2. PREPARAÇÃO DA REUNIÃO COM O GT DE FORMAÇÃO

- A) Centros de Formação de Economia Solidária
- B) Rede de Formadoras/es
- C) Papel do GT de Formação rumo à VI Plenária Nacional de Economia Solidária
- D) Encaminhamentos

3. REUNIÃO COORDENAÇÃO EXECUTIVA E GT DE FORMAÇÃO

- A) Centros de Formação de Economia Solidária
- B) Rede de Formadoras/es
- C) Papel do GT de Formação rumo à VI Plenária Nacional de Economia Solidária
- D) Encaminhamentos

4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- A) Feira Panamazônia
 - Informes
 - Debate
 - Encaminhamentos
- B) Chantier – Quebec
 - Fichas-síntese
 - Visita ao Brasil em agosto
 - Novos projetos
 - Bolívia (parceria tripartite)
 - Informes
 - Encaminhamento
- C) GT de Relações Internacionais (solicitação de inclusão de pauta)
- E) RIPESS (ida de pessoa para Dakar)
- D) Ida de uma pessoa para a Secretaria Executiva da RIPESS em Dakar
 - Encaminhamentos

5. PREPARAÇÃO PARA O DIÁLOGO COM SENAES

- A) PPDLES
- B) Sistema de Comércio Justo e Solidário
- C) Centros de Formação de Economia Solidária
- D) CNES e Câmaras Temáticas
- E) Conselho Nacional de Economia Solidária e Câmaras Temáticas

6. DIÁLOGO COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES E SENAES

- A) Centros de Formação de Economia Solidária
Encaminhamentos
- B) Conselho Nacional de Economia Solidária e Câmaras Temáticas
Encaminhamentos
- C) Sistema de Comércio Justo e Solidário
Encaminhamentos
- D) PPDLES
Encaminhamentos
- E) Programa de Feiras 2007
- F) Agenda de reflexão de longo prazo entre o FBES e a SENAES
Encaminhamentos
- G) Informes sobre o encontro do CNDES sobre a Mercosul

7. VI PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- A) Caravana até setembro (5 reuniões regionais)
Participação nas reuniões regionais
- B) Documento-base
- C) Cadernos
Estrutura
Responsáveis
- D) Debate em grupo sobre as bandeiras e deliberações dos eixos da IV Plenária
Formação
Produção, Comercialização e Consumo
Marco Legal
Finanças Solidárias
- E) Papel das entidades Nacionais rumo à IV Plenária Nacional

1. INFORMES

1. Fundos Solidários

- Discussão mobilizada pelo GT de Fundos Solidários;
- Discutimos por mais de um ano como os Bancos poderiam contribuir;
- O BNB que participava deste GT conseguiu recurso para dar visibilidade para as iniciativas;
- A estratégia é que os fundos sejam uma das alternativas do Programa Fome Zero;
- No último seminário foi discutida, detalhada e encaminhada a criação de um GT que, formalmente, o governo assumiria para detalhar este programa.
- Queremos com esse programa possuir uma perspectiva metodológica, diferente do micro-crédito, com gestão compartilhada;
- No Norte estamos com dificuldade de encontrar uma entidade que assuma o programa;
- Na PB já foi criada uma rede de articulação das experiências.
- SENAES assumiu o compromisso de chegar a 6 milhões nos próximos anos;
- BNDES vai colocar mais recursos, colocou no PPA recursos para os fundos;
- Necessidade de mudança na legislação: dificuldade de ser fundo retornável;
- Rede de Fundos Solidários: recursos MDS, MDA, SENAES para constituir uma rede nacional;
- Liberar pessoas para fazer mapeamento, a exemplo das feiras e mapeamento da economia solidária;
- Eudes Xavier participou do seminário e divulgou uma nota logo após, foi a primeira nota da Frente Parlamentar;
- Até hoje, a única conversa que conseguimos fazer sobre o PRONADES foi neste programa de Fundos Solidários.
- Selvino Heck elaborou um texto onde sugere a criação de um fundo.
- Ao final do seminário de 2006, a secretária do MDS indicou que se fosse à presidência. Propôs que os ministérios apresentassem um doc, que está enrolado até hoje. A princípio ficou sob responsabilidade da SENAES.
- A Secretaria Executiva do FBES ficou encarregada de verificar a situação do documento para a presidência;
- O documento avança: o BNB propôs que parte das estatais fosse para os fundos. Como todos estão assinando, o doc e vai para a presidência, não será um pequeno fundo, mas isto será o PRONADES, que não entrou no PPA. Estamos constituindo um projeto de redes, liberando pessoas;
- Assim que doc chegar à presidência o GT será chamada para discutir.
- Encaminhar os materiais que Ademar possui e enviar para Coordenação para chegar às bases e entidades.
- Ademar cita texto de Singer onde o qual defende um sistema de finanças sociais, mas queremos um sistema de finanças solidário;
- Necessário começar a escrever sobre o PRONADES, temos acúmulos.
- Levar a pauta dos Fundos Solidários para o governo e para a IV Plenária levar os encaminhamentos do Seminário Nacional sobre Fundos Solidários.

2. Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - CNDES

- Foram referendados os nomes de João Roberto e Alzira para representar o FBES e acompanhar, juntamente com Bruno, as discussões do CNDES.

3. Plataforma BNDES

A) Contexto

- O BNDES está pouco transparente em suas negociações/ações. Esta articulação da plataforma está muito interessante, inclusive já até acionou o ministério público. Queremos que o BNDES trabalhe outro tipo de desenvolvimento, baseado em outro conceito de propriedade, não só a privada. Pensar propriedade coletiva. A sociedade civil organizada está levantando a discussão e elaborando propostas. A próxima reunião será aqui em Brasília, dia 08 de agosto.

B) Encaminhamento

- Luigi ficou de consultar a ANTEAG para uma pessoa ir à reunião do dia 08 de agosto.

4. Material no MDS da polícia federal: bazares enquanto fortalecimento dos FEES

A) Informe

- Há um fórum para dar maior transparência ao que estão fazendo de material apreendido pela receita federal. É o fórum participa. A Rizoneide está participando desta reunião deste fórum, representando o FBES. Foi colocado que o material será usado nas feiras em bazares, e deve virar um fundo rotativo do fórum estadual. Conversei com alguém lá, que pediu para que mandássemos um pequeno projeto propondo isso, e pode acabar liberando uma pessoa para administrar este projeto. Seria algo rápido, aproveitando a legalidade que o fome zero dá para isso. Isso ajuda vários fóruns a aprenderem a lidar com fundos, e treinar uso dos fundos solidários, e se treinar em gestão coletiva. Estamos tentando antes o recurso para depois decidir os estados. A idéia é liberar uma pessoa em cada estado, para fazer a gestão do fundo. O próprio fundo vai liberar alguém para gerenciá-lo. É provável que não será feito em todos os fóruns, apenas em locais que tenham mais acúmulo. Rizoneide falou também que há computadores para os estados.

5. Comitê para diálogo com MDS e MDA

A) Encaminhamento

- A equipe animadora da Plenária após sua reunião, daqui a uma semana, deverá marcar uma reunião com o MDA e MDS.

6. Anhategá

- Daniel fez informes de como anda o projeto.

7. Fórum Catarinense de Economia Solidária

- Alexandre informou que o Fórum Catarinense conseguiu a aprovação de um projeto de 300.000,00 para assessoria, escritório, e formação.

2. PREPARAÇÃO PARA A REUNIÃO COM O GT DE FORMAÇÃO

A) Centros de Formação de Economia Solidária

- O termo de referência, elaborado pela SENAES, foi apresentado por Daniel (ver anexo);
- A proposta é que esses centros sejam apenas de formação de formadores;
- São denominados de Centros, diferentes de escolas, idéia defendida pelo movimento;
- A proposta de formação colocada no termo não dá conta do que propomos de formação para o movimento de economia solidária. O FBES deve ter sua proposta de política definida e elaborada;
- Atenção para que os espaços dos centros não se tornem “cursinhos” e que não cheguem às bases;
- Os Centros devem fortalecer a Rede de Formadores;
- Caso aja um Sistema Nacional de Formação, que o mesmo tenha como público os empreendimentos econômicos solidários, não as entidades;
- Última reunião do Conselho: reivindicamos um sistema “S” para a economia solidária;
- A grande questão é como esses centros irão dialogar com o FBES e os FEES;
- Os Centros seriam um espaço de execução de uma política nacional de formação ou seria o sistema nacional de Formação?
- Pela proposta do termo seria um projeto de três anos, apenas um espaço de formação de formadores e de multiplicadores, um projeto pontual;
- A proposta é que os Centros de Formação em ES dialoguem com outros centros de formação já existentes;
- Essa discussão e os encaminhamentos serão definidos no CNES, dentro da Câmara Temática de Formação;
- Dúvidas quanto à gestão dos Centros de Formação: pessoas e forças políticas que irão compor;
- Importante analisar experiências anteriores de escolas de formação, aprender e avançar com os acúmulos.

B) Rede de Formadoras/es

- GT de Formação conduz politicamente a rede;
- A rede é autônoma;
- Que venha a ser um espaço da educação popular e que venha a fortalecer e ampliar a base de identidade do FBES;
- Haveria possibilidades da Rede se incorporar à estrutura do FBES?
- O processo de formação deve ser acompanhado de ação e qualificação, só as cartilhas não bastam.

C) O papel do GT de Formação no processo rumo à IV Plenária Nacional

- Tanto o GT de Formação quanto o GT de Relações Internacionais estarão ativos até a IV Plenária Nacional, mas fica confuso sua atuação com a coexistência das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Temos que empoderar o GT no processo de construção da IV Plenária e para a discussão dos Centros de Formação que será implantado até o final de 2007;

- É papel do GT de Formação subsidiar as discussões da Coordenação Executiva, trazer os elementos;

D) Encaminhamentos

- O GT de Formação deve, a partir da proposta inicial dos Centros de Formação, apresentada pela SENAES, identificar o que é formação em economia solidária para os FEES;
- O GT de Formação contribuirá nas discussões das reuniões regionais que o FBES irá organizar de agosto até início de setembro.

3. REUNIÃO COORDENAÇÃO EXECUTIVA E GT DE FORMAÇÃO

A) Centros de Formação em Economia Solidária

- A proposta é que os Centros de Formação sejam instrumentos de fortalecimento/consolidação da Rede de Formadores/as;
- Não haverá uma entidade executora nacional, mas sim entidades executoras regionais dos Centros de Formação;
- O GT de Formação pautou que deve ser feito de forma conjunta com o FBES os eixos estratégicos de gestão e distribuição de orçamentos;
- Duas questões que a Coordenação Executiva do FBES deve levar para o diálogo com a SENAES: primeiro, que a coordenação política/ conselho gestor não seja definido apenas pela SENAES; segundo, dentro dos critérios para a participação de entidades, a atuação regional deve ser um dos critérios exigidos.
- Deve ser também esclarecido com a SENAES quais serão as estratégias a serem adotadas para a participação do FBES na construção dos Centros de Formação.
- A Coordenação Executiva do FBES deve discutir com a SENAES a separação do Centro Nacional do Centro de Formação da Região Centro-Oeste.

B) Rede de formadores/as

- A Rede de Formadores está em construção, o que foi encaminhado da II Oficina é que a mesma seria uma construção de “baixo para cima”;
- A rede seguirá o ritmo de cada estado e região;
- A princípio a Rede teria duas funções: analisar os resultados da II Oficina, mas o relatório ainda não foi concluído pelo GT de Formação, e discutir o projeto dos Centros de Referência;
- Existem questões ainda abertas: a Rede é orgânica ao FBES ou vai além do FBES? Participarão da Rede todo o/a educador/a que faz educação em economia solidária, mesmo não participando das esferas de discussão do FBES?
- Durante a II Oficina não definimos a estrutura de funcionamento da Rede, mas foi definido que a mesma seria orgânica ao FBES e que os FEES iriam animar em seus estados a criação das redes estaduais;
- A expectativa é que a Rede amplie a participação de entidades e movimentos que ainda dialogam com o FBES.

C) Papel do GT de Formação rumo à IV Plenária Nacional

- Discutiu-se na II Oficina e pautamos na reunião do GT, com a presença de Roberto Marinho, que a Formação não pode estar desacompanhada do fomento;
- O GT está, provisoriamente, mobilizando a Rede de Formadores/as;

D) Encaminhamentos

- O GT de Formação elaborará um pequeno documento que estimule o debate sobre a Rede de Formadores/as durante as reuniões regionais, entre agosto e setembro de 2007, a partir dos acúmulos da II Oficina Nacional sobre Formação;
- O GT de Formação contribuirá nos debates das reuniões regionais que serão organizadas pelo FBES;
- Discutir na reunião entre SENAES e Coordenação Executiva as propostas: primeira, que a coordenação política/ conselho gestor não seja definido apenas pela SENAES; segundo, dentro dos critérios para a participação de entidades, a atuação regional deve ser um dos critérios exigidos.
- Esclarecer com a SENAES quais serão as estratégias a serem adotadas para a participação do FBES na construção dos Centros de Formação.
- Discutir com a SENAES sobre a proposta de desvinculação do Centro Nacional do Centro Regional Centro-Oeste de Formação.

4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A) Feira Panamazônia

• Informes

- Os trabalhos estão avançando: reuniões diárias, Brana foi para Santa Maria trocar experiências sobre a organização da feira de SM;
- A data da feira poderá ser alterada indo para os dias 26 a 30 de setembro;
- A feira será realizada juntamente com a Flora e no Horto Florestal da cidade;
- Os empreendimentos para participarem pagarão uma taxa simbólica;
- Critérios para a participação dos empreendimentos (cinco por estado): produtos de qualidade e variados;
- Várias oficinas estão sendo planejadas;
- As dificuldades estão sendo a liberação dos recursos e a seleção dos empreendimentos para a feira;

• Debate

- Preocupação com quem irá compor a equipe que selecionará os empreendimentos e se o Fórum Acreano terá peso nessa decisão;
- Sugestão de que um dos critérios para a seleção fosse por segmento de produção;
- A construção da Feira não está sendo democrática, está havendo uma centralização de informações e as mesmas não estão circulando;
- Questões como: quantas pessoas poderão participar da Feira, quanto a estrutura comporta, quem comporá a comissão de seleção para a participação dos empreendimentos, haverá espaços para reuniões e articulações paralelas, não foram esclarecidas;
- A Feira tem que procurar enfatizar ao máximo o extrativismo ecológico e a questão internacional;
- A Flora tem pouca clareza do que seja a Economia Solidária e sua feira é empresarial;
- Fundamental a articulação como Peru e a vida de grupos de produção para a Feira;
- A Coordenação Executiva do FBES deve se preocupar em como fortalecer politicamente a Feira;

- O principal foco da feira não é a comercialização, mas sim a articulação e visibilidade política do movimento de economia solidária da região.

- **Encaminhamento**

- Decidiu-se parar a discussão e continuá-la com a presença da Shirlei.

B) Chantier – Québec

- **Fichas-síntese**

- Apresentação dos temas das fichas-síntese a serem desenvolvidos pelo Brasil e pelo Quebec;
- Foi passada uma lista para que os membros da coordenação executiva assumissem a elaboração dos temas;
- IMS centralizou a mobilização para a elaboração das fichas-síntese, até o dia 30 de agosto recolhe as contribuições e a publicação fica agendada para o dia 20 de setembro;

- **Visita ao Brasil em agosto**

- Os canadenses visitarão o Brasil durante os seminários regionais;
- Há um Interesse nessas visitas em conhecer as incubadoras e as metodologias utilizadas;
- Planejado visitarem a UNEMAT, pela UNITRABALHO e a ITCP de Pernambuco pela Rede de ITCP's;
- Importante socializar com os canadenses os resultados do mapeamento da economia solidária.

- **Novos projetos (total de três)**

- Do atual projeto aprovado fizemos uma mudança do uso dos recursos, mas ainda não apresentamos a proposta;
- O segundo projeto seria o de intercâmbio entre o Brasil e o Quebec;
- A idéia do terceiro projeto seria tripartite entre FBES, Plataforma Bolívia e Chantier;
- Os dois primeiros projetos se aproximam pela temática. Primeiro, as fichas sínteses de experiências do Brasil e do Quebec que resultariam em uma publicação. Fazer comparações de experiências, universidades, entidades, empreendimentos e governo. A partir daí se estabeleceriam ações comuns, parcerias, como, por exemplo, um portal em comum para trocas de produtos. Quanto às entidades, elaborariam materiais em comum. Haveria também intercâmbio entre os dois países. A perspectiva é de a partir daí saíssem outros projetos;
- Há possibilidades de vinda, por parte do Chantier, de doações à partir dos projetos desenvolvidos;
- Gargalos desses projetos: idéia de transferência deles (Canadá) de conhecimentos para nós (Brasil),

C) Bolívia (parceria tripartite)

- **Informes**

- Três bolivianos vieram para a Feira de Santa Maria. Criaram uma plataforma na Bolívia, Alicia é a grande articuladora, que envolve muitos empreendimentos. A RIPESS esta dentro da Plataforma da Bolívia. A natureza da Plataforma é parecida com a organização do FBES. A reunião com eles foi muito boa, interessados na organização do FBES, noção de propriedade, intercâmbios de trabalhadores, em forma de estágios. De nossa parte, sintetizar o que foi discutido, enviar para eles e fechar tudo na feira Panamazônia onde os acordos serão concluídos. No encontro, que nos convidaram, onde Dione foi, enviamos uma carta e eles agora responderam. Vamos elaborar um projeto e com eles vamos dialogar.

- **Encaminhamentos**

- Daniel fará a proposta do projeto com a Bolívia e enviará para a Condição Executiva do FBES;
- Secretaria Executiva elaborará uma carta de agradecimento a Rose por suas contribuições no tema relações internacionais e, principalmente, por Santa Maria;

D) GT de Relações Internacionais (pauta extra)

- Necessário que o FBES repense seus Grupos de Trabalho e, nesse caso, também o GTRI;
- A temática relação internacional é muito importante para o FBES, desde a execução de projetos até a visibilidade política;
- A discussão sobre relações internacionais é pouco discutida nas bases, nos FEES;
- Necessário pensar além do GTRI, a importância das trocas com outros movimentos da América Latina;
- Em Santa Maria se avançou além da agenda, conseguimos amarrar compromissos;
- Necessário discutirmos melhor os objetivos de projetos escritos com outros países, definir melhor as metas e objetivos a serem alcançados;
- Países como a Bolívia e o Equador são fundamentais quanto a trocas de experiências e construção de estratégias políticas;
- Não temos contado com o GTRI, mas com coletivos dispostos a construir;
- A temática relações internacionais deve ser discutida durante a IV Plenária Nacional de Economia Solidária;
- Falta formação e informação sobre a temática relações internacionais. O tema sempre vem como informe e nunca é ponto de pauta para ser aprofundado. Importante adotar uma linguagem mais acessível para que todos/as se apropriem da temática e juntos os segmentos planejem ações conjuntas;
- Seria importante que, a cada reunião da coordenação executiva, se retirasse um dia para o aprofundamento de dado tema, por exemplo: formação, comercialização, produção e consumo, etc.

- **Encaminhamento**

- Elaboração de um mapa sobre as redes existentes no Brasil a fim de se construir projetos transversais.
- Adotar uma linguagem acessível quanto ao trato do tema relações internacionais.

4.5 RIPESS

- **Ida de uma pessoa para a Secretaria Executiva da RIPESS em Dakar**
 - Daniel relatou a estrutura e organização da RIPESS. Há um debate quanto a sua organização, principalmente ter secretariados em cada continente. Em Santa Maria reafirmados, FBES, que nossa incidência para fora será a RIPESS e conseguimos agregar varias redes à RIPEES e com isso reforça-la. Na América latina é que as redes estão mais pulsantes, e por isso, se decidiu em Havana, que o escritório da RIPEES será no Peru. Entretanto, no escritório em Dakar eles reforçam a necessidade de ter um secretário na América Latina. O FBES tem que decidir quem seria essa pessoa. O papel desse secretário seria o de coordenar a secretaria de Dakar. Pedimos as condições de trabalho em Dakar. O trabalho seria de seis meses e essa pessoa seria um cooperante, no caso teria uma ajuda de custo, que daria cerca de 2 mil reais por mês. Desta forma, temos que decidir essa questão agora. Manifestei minha intenção em ir, de setembro a março. Também podemos, devido a nossa Plenária, solicitar que essa decisão seja feita após a mesma.

- **Encaminhamentos**
 - Escrever uma carta solicitando à RIPESS que a indicação do Secretario seja feita após a realização da IV Plenária do FBES;
 - Solicitar clareza das condições de trabalho para esse cargo e os ganhos políticos do FBES ao indicar um secretário para Dakar;
 - Shirlei e Rose ficaram encarregadas de articular o adiamento da decisão para 2008.

5. PREPARAÇÃO PARA O DIÁLOGO COM SENAES

A) PPDLES

- **Pontos a serem discutidos com a SENAES**
 - O FBES quer ter incidência política sobre o programa;
 - Situação atual do programa é as perspectivas futuras;
 - Deixar claro que a agenda prioritária para o FBES é a IV Plenária;
 - Focar a discussão para o Conselho, caso seja criado um Comitê Gestor do Programa.

B) Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário

- **Pontos a serem discutidos com a SENAES**
 - Que as consultas fossem aos moldes da preparação para o mapeamento;
 - Solicitar que a data seja prorrogada;
 - Fazer uma videoconferência sobre o tema;
 - Como fazer essa discussão dentro do conselho e da câmara temática?
 - Como foi o processo de consulta ate agora, envolveu que quantidades de empreendimentos?

- **Outros encaminhamentos**

- Quanto ao Projeto FACES, papel dos representantes do FBES nessa discussão, a relação com o governo; e solicitar que nos seminários se garanta a participação de membros do FEES;
- Valdener escreverá um texto para as bases sobre o tema: apontar as fragilidades e as preocupações;
- Conversar com Miguel e Rose sobre formas de difusão das discussões;
- Aprofundar a discussão, e durante o processo, mapear quem são os aliados nessa discussão, a fim de se elaborar uma estratégia comum;
- Agendar uma reunião com FACES, ECOJUS e outras organizações;
- Clarear quais ações são do FACES e como serão os seminários regionais mobilizados por eles.

D) Centros de Formação em Economia Solidária

- **Pontos a serem discutidos com a SENAES**

- O Comitê Gestor tenha o poder de selecionar as equipes nacionais;
- Desvincular o Centro de Formação do Centro Oeste do Centro de Formação Nacional;
- Que o Comitê Gestor possua poder de direção política e os contratados sejam executores;
- Que os centros de formação não passem ser a centralidade da política nacional de formação, quais são as perspectivas da política?
- Formação não pode ser desvinculada/acompanhada de uma política de fomento.

E) Conselho Nacional de Economia Solidária e Câmaras Temáticas

- **Pontos a serem discutidos com a SENAES**

- Que a SENAES esteja mais presente e seja mais incisiva na discussão da Lei do Cooperativismo;
- Que a SENAES sensibilize o Ministério do Planejamento: as ações propostas no PPA são transversais e não descentralizadas.

6. DIÁLOGO COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FBES E SENAES

A) Centros de Formação em Economia Solidária

- **Posição do FBES**

- Solicita separar o centro regional do centro-oeste do Centro Nacional;
- Preocupação: como articular a formação com políticas de fomento (é a novidade da segunda oficina)? O que é uma necessidade, para não incorrer nos mesmos erros de tantas políticas de formação existentes;
- Com relação a estratégias: como fazer para que a questão da formação em ES continue, como política de estado? Ou seja, como estes centros públicos de articulam com uma política nacional de formação?
- As deliberações políticas devem caber ao Comitê Gestor Nacional dos Centros de Formação;

- **Retorno da SENAES**

- A proposta dos Centros de Formação é articular as ações formativas com as de fomento. Formação de formadores, multiplicadores e agentes que atuarão junto aos empreendimentos;
- A proposta é articular as várias entidades que atuam na formação em economia solidária;
- Quanto às questões burocráticas: SENAES está conveniada à FINEP. A proposta é que ações da DED fiquem a cargo da FINEP;
- Fazermos 6 Centros de Formação, para atender a proposta do FBES e do GT de Formação de desvincular o Centro Nacional do Centro da região Centro-Oeste, será difícil devido à questões burocráticas e operacionais junto à FINEP. Não queremos ultrapassar o número de 05 convênios;
- O argumento do GT de Formação de que haveria uma sobreposição da equipe do Centro Nacional sobre a equipe do Centro de Formação da Região Centro- Oeste não é suficiente devido ao fato de serem equipes distintas. Três pessoas para as atividades do Centro Nacional e outras três responsáveis pelo Centro da regional Centro-Oeste;
- Uma novidade recente que traz transtornos é uma nova IN do Ministério da Fazenda, que não aceita mais a contrapartida em termos de pessoal e serviços e infra-estrutura, agora a contrapartida tem que ser em dinheiro. O convênio será de três milhões de reais, e precisaremos de entidades que consigam colocar 100.000 reais na conta do convênio.
- Esse caminho adotado pelo Ministério da Fazenda fará com que em longo prazo não se realize mais convênio com a sociedade civil. Os órgãos de controle interpretam que os convênios são uma forma de burlar os processos licitatórios; além de terem muitos casos onde se utilizam os convênios para desviar recursos públicos;
- O TCU analisou as contas da SENAES com ressalvas e argumentaram que seria necessário haver processos licitatórios na execução dos convênios;
- O GT de Formação não está de acordo com que o Centro Nacional esteja sediado em Brasília. Para a SENAES é fundamental que esteja, queremos acompanhar o cotidiano dos trabalhos, como ocorre com os outros programas como o PPDLES, as Feiras, o Mapeamento;
- Quanto à política de formação é estratégico incidir no PNQ, tentativas já feitas e que não obtiveram sucesso;
- Com os Centros de Formação a estratégia é incidir sobre o PNQ, mobilizar os Conselhos Estaduais de Trabalho e Emprego e, onde existam, os Conselhos de Economia Solidária. Proporemos à direção do PNQ que as entidades que passarem a processos formativos sejam habilitadas para fazer ações do PNQ.
- Queremos articular a Rede de Formadores fomentada pelo FBES com a Rede dos Centros de Formação. O Talher manifestou interesse em se agregar ao processo.
- Quanto à política nacional de formação. Após um ano e meio de ações dos Centros de Formação iremos avaliar se integraremos formalmente os mesmos a uma política de estado;
- Há uma proposta de um Instituto Nacional de ES e Desenvolvimento Local, idéia ainda bastante embrionária;
- A SENAES ainda não tem uma posição definida com relação à equipe e a separação do Centro Nacional do Centro de Formação da região CO.

- **Encaminhamentos**

- O Comitê Gestor norteará as questões políticas quanto aos Centros de Formação ao invés da equipe nacional;
- Não se chegou a uma definição sobre a desvinculação entre o Centro Nacional e o Centro da Região Centro-Oeste.

B) Conselho Nacional de Economia Solidária e Comitês Temáticos

- **Proposta do FBES**

- A SENAES deve se articular com outros ministérios para irem juntos ao ministério do planejamento, para tentarem negociar conjuntamente, dando centralidade e afirmando o Conselho;
- Que o governo, no caso também a SENAES, seja mais incisiva quanto a proposta da lei do cooperativismo.

- **Posição da SENAES**

- A SENAES tentará se articular com outros ministérios para juntos negociarem com o Ministério do Planejamento;
- Há um esforço grande por parte da SENAES em acompanhar as discussões. Semana próxima teremos uma longa reunião que debaterá as questões do marco legal.
- A Conferência Nacional deliberou que deve haver uma lei orgânica a economia solidária. Entretanto, essa posição deve dialogar com a lei geral do cooperativismo e saber se as duas propostas são compatíveis.
- Para Singer: temos que lutar por uma lei democrática do cooperativismo, e ao mesmo tempo construir uma legislação mais ampla que a das cooperativas. Cita o caso da Europa que está passando por uma situação semelhante e que favorecer o debate aqui no Brasil.

- **Encaminhamento**

- A SENAES tentará se articular com outros ministérios para incidirem conjuntamente no Ministério do Planejamento.

C) Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário (SBCJS)

- **Posição do FBES**

- Solicita a SENAES repasse quanto à discussão para a construção do IN do Comércio Justo e Solidário e expõe que o debate não está capilarizado;
- Há uma pressão devido ao tempo de conclusão da Normativa e também a pressão das entidades internacionais. Neste sentido, os empreendimentos não estão participando e contribuindo com o debate;
- Construção de uma estratégia que envolva mais pessoas na discussão, com a participação dos principais atores, os empreendimentos;
- Realização de uma teleconferência nacional para a ampliação do debate;
- Promover o debate durante as feiras de economia solidária;
- Elaboração de uma cartilha sobre a temática em linguagem popular pois a que está na IN não é entendível pela maioria dos empreendimentos;
- Promover o debate nos seminários regionais que o FACES organizará;
- Não seria importante levar a discussão para o Conselho Nacional de Economia Solidária?
- Promover o debate durante as plenárias estaduais de economia solidária;

- Necessário ampliar o prazo de debate da Instrução Normativa.
- **Posição da SENAES**
 - Esse debate tem sido fomentado pela SENAES a mais de dois anos;
 - A SENAES procurou ter representações dos mais diversos atores que fazem a discussão do comércio justo no Brasil no comitê que compôs para debater e construir a proposta;
 - Outro debate “quente” se refere à certificação participativa e a relação com os supermercados. O conceito de comércio justo não é um conceito da economia solidária;
 - Estamos fazendo no Brasil a construção de uma normativa com a participação do estado. Na Europa, a regulação não teve qualquer participação/interferência do estado;
 - Para ampliar o debate o ideal seria a realização de seminários por todo o Brasil, mas não há recursos disponíveis;
 - Quanto à participação do FBES nessa construção, há duas pessoas no Comitê que o representa.
 - Esta marcada para a próxima semana uma reunião do Comitê para se fechar uma agenda.
 - Temos claro que o modelo europeu não é o adequado para o Brasil e, o mesmo, estava ganhando espaço em nosso país. Queremos construir uma IN com a contribuição dos principais atores brasileiros;
 - Estamos construindo um modelo de certificação não apenas para atender ao mercado de exportação. Queremos ir além da certificação, no qual aqueles que passem a integrar o sistema sejam beneficiados por políticas de fomento. A proposta é criar fluxos de produção interna;
 - Há de se ter cuidado na atual coexistência entre os grupos de trabalho compartilhado entre o FBES e a SENAES e a composição do CNES no qual participam os mais diversos atores. Há de se pensar, SENAES e FBES, em uma forma de transição entre esses dois grupos de trabalho. Mas é importante que tenhamos espaços de diálogos com o FBES;
 - Na atual fase do debate em torno do SBCJ seria muito perigoso levar a discussão para o CNES.
- **Encaminhamentos**
 - Será debatida na próxima reunião do GT a proposta de adiamento do prazo para o fechamento da Instrução Normativa;
 - Realização de uma teleconferência com a participação de todos os estados.

D) Programa de Promoção de Desenvolvimento Local em Economia Solidária

- **Posição do FBES**
 - Importância de trabalharmos de forma conjunta com o programa PPDLES;
 - Quais são as perspectivas do Programa para 2008?
- **Posição da SENAES**

- Ainda este ano realizamos uma conversa, FBES e SENAES, onde houve o comprometimento da realização de conversas para a discussão do projeto;
- Nossa orientação aos agentes é de que suas ações fortaleçam os Fóruns Estaduais de Economia Solidária;
- Importante a realização de uma oficina entre o FBES e a SENAES para a discussão mais longa;
- O Programa do PPDLES foi prorrogado até junho e o contrato dos agentes também foi até esse período. Foi um projeto difícil de executar, do ponto de vista operacional e administrativo.

- **Encaminhamento**

- Realização de uma oficina, entre o FBES e a SENAES, com o tema Desenvolvimento Local na perspectiva da Economia Solidária.

E) Programa de Feiras 2007

- **Posição do FBES**

- O programa está acontecendo. A primeira grande feira foi em Santa Maria. O desafio agora é a Feira Panamazônia devido às dificuldades de diálogos com o governo do estado do Acre;
- As demandas estão sendo grandes e o governo não está acompanhando. Seria importante que a SENAES fizesse um diálogo com o governo do Acre a fim de acelerar o processo.

- **Posição da SENAES**

- Houve uma reunião com o governo do Acre onde foi agendado um segundo diálogo. Deste então não estamos conseguindo realizar esse segundo encontro.
- O recurso para a Feira seria uma contrapartida do governo do Acre, não sairia da ementa de oito milhões. A ementa ainda está em negociação.

F) Agenda de reflexão de longo prazo entre FBES e SENAES

- **Posição do FBES**

- Construir de forma conjunta com a SENAES uma agenda de discussão.

- **Posição da SENAES**

- Importante que haja um espaço de reflexão conjunta.

- **Encaminhamento**

- Construção de uma agenda de discussão entre o FBES e a SENAES.

G) Informes sobre o encontro do CNDES sobre Mercosul

- O CNDES está realizando seminários temáticos. Hoje houve um encontro e o FBES esteve presente (Benedito Anselmo e Rosana Kirsch) como nomes de apoio ao Bruno Oliveira. Havia representantes de todos os países da América Latina e da comunidade europeia. Pautamos a ES e levamos informações sobre

o movimento de ES existente no país. Os diálogos devem continuar e envolver cada vez mais o FBES.

7. IV PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A) Caravana até setembro (5 reuniões regionais)

- **Participação nas reuniões regionais**

- Dos estados: representação-ponte de cada estado (são os multiplicadores);
- Formação: GT de Formação define pela sua articulação regional
- Finanças: consultar cada região para ver quem poderia fazer a fala;
- Produção, Comercialização e Consumo: Centro Oeste (Walmir e Sebastiana); Sul (Miguel e Nelsa); Sudeste (Xico - Capina, Rose e Luigi); Nordeste (Valdener e Zé Paulo - UNICAFES); Norte (Xico – Capina e Samirame);
- Marco Legal: Nordeste (Bruno Ribeiro - Catende, Lenivaldo consulta Sandra, Zé Paulo); Centro Oeste (Sebastiana consulta Unicafes, Daniel Tygel); Sul (Gediel - ITCP-PR e José Monarim – SC); Sudeste (Leonardo Coelho - RJ, Arildo – UNISOL); Norte (ver Unicafes, Evandro - Rede de Gestores);
- Eixo agregador: Nordeste (Lenivaldo/exposição e Sebastiana); Norte (Bené/exposição e João Correa); Sul (Alexandre e João Roberto/exposição); Sudeste (Ademar/exposição e Carlos Omar); Centro-Oeste Elenir e Shirlei/exposição);
- Locais: Sul (Florianópolis/SC); Sudeste (Juiz de Fora/MG); Nordeste (Catende/PE); Centro-Oeste (Campo Grande/MS); Norte (Manaus/AM);
- Que na mística, envolvendo o mapa, os estados e a regiões tragam seus compromissos, agendas e datas das Plenárias Estaduais;
- Cada estado decidirá a mística inicial dos Seminários;
- Os eventos regionais serão espaços de preparação de agentes para fazer o debate político nos estados;
- Participantes: 3 da coordenação nacional + pessoa ponte. Total, 4 pessoas por estado. Se a pessoa-ponte é da coordenação nacional, então deve ser uma outra pessoa da Comissão de Organização Estadual que não seja da coordenação nacional.

B) Documento-base

- Importante frizar que, antes de cada plenária estadual, haja eventos preparatórios (oficinas, plenárias regionais, reuniões, grupos de estudos, etc);
- Para ser candidato a representante estadual, é pré-requisito ter participado em eventos preparatórios, com prova (lista), e ter sido agendado junto à Comissão Estadual de Organização;
- O documento base dever trazer os seguintes elementos: definição dos segmentos que compõe o FBES; somos ou não somos movimento social? Se sim com quais características e como vamos nos relacionar com o governo, com os outros atores sociais? Qual o foco de atuação do FBES?

- Deve trazer um resgate e também condições de se definir ações concretas de ações;
- Trazer elementos para discutir nossa identidade e também as alianças estratégicas;
- A linguagem do documento deve ser acessível e de fácil entendimento pelas bases;
- O documento deve deixar claro que é necessário fazermos um planejamento estratégico;
- Não há consenso sobre: o FBES é um movimento social ou um instrumento do movimento?
- Importante termos cartilhas que irão aprofundar a discussão sobre alguns temas;
- Fundamental que consigamos canalizar os outros movimentos sociais para dentro do FBES;
- O documento base deve ser enxuto e ter no máximo 20 páginas.

C) Cadernos

- **Estrutura**

Os cadernos devem conter a seguinte estrutura:

- Acúmulos do movimento e das políticas públicas.
- Desafios e perspectivas: principais questões (“gargalos”).
- **Responsáveis pela elaboração**
 - Finanças Solidárias – Ademar Bertucci
 - Formação - Lenivaldo Lima
 - Produção, Comercialização e Consumo – Sebastiana Almire e Valdener Miranda
 - Marco Legal – Luiz Humberto Verardo
 - Eixo Agregador - Benedito Anselmo de Oliveira

D) Debate em grupo sobre as bandeiras e deliberações dos eixos da IV Plenária

- **Formação**
 - Incluir as discussões realizadas na II Oficina Nacional sobre Formação em Economia Solidária.
- **Produção, Comercialização e Consumo**
 - No tema sobre comercialização é fundamental frizar que a mesma se realiza sem a presença do atravessador, embora em muitas situações sabemos das dificuldades/limitações em se produzir e também se comercializar. Necessário em algum momento se discutir: como a autogestão pode entrar neste âmbito da comercialização? Ou seja, ao mesmo tempo não descolar, mas ao mesmo tempo também não forçar que os produtores tenham que entrar na comercialização?
- **Marco Jurídico**

- Excluimos duas bandeiras que estavam repetidas;
 - Tiramos a deliberação de número qualquer de cooperados.
 - As do CNES devem entrar como bandeiras superadas. “Dialogar com órgãos para melhorar políticas públicas”.
- **Finanças Solidárias**
 - Das deliberações da Reunião da Coordenação Nacional, em agosto de 2004, em vez de colocar “características de finanças”, colocar PRONADES;
 - Deve ser enfatizado o PRONADES e o Sistema Nacional de Finanças;
 - Tudo que tem a ver com fundos, deve ir para a bandeira do PRONADES;
 - A bandeira do desenvolvimento local é geral;
 - A bandeira do desenvolvimento comunitário vai para o PRONADES;
 - Com relação à bandeira dos excluídos, que mude o nome e vá para inclusão. Pegar as coisas que são do PRONADES mais ligadas a excluídos;
 - Instância de diálogo sociedade civil e estado é do CNES, dentro do Marco Legal;
 - Tirar as bandeiras da responsabilidade social e a de captação de investidores;
 - Mudar a palavra “operadores” para a palavra “instrumentos”;
 - Eliminar a bandeira das estratégias no campo das finanças solidárias.

E) Papel das Entidades Nacionais no processo rumo à IV Plenária Nacional

- Benedito fez o repasse dos encaminhamentos retirados na reunião de dois dias das entidades nacionais que compõe o FBES (anexo).
- A contribuição será a partir dos encaminhamentos retirados na última reunião das entidades nacionais que compõe o FBES.